

CONCEPÇÕES ACERCA DOS PROCESSOS DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA NEGRA

Claudia Souza Santos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
clodeslilla@gmail.com

João Diógenes Ferreira dos Santos
Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB
jdiogenes69@gmail.com

Resumo: Ao investigarmos o conceito de identidade, nos deparamos com diversas concepções de construção dos processos identitários, pois, a identidade como tal, a luz da sociologia, é subjetiva. Os argumentos da sociologia são de que a identidade é construída e constantemente reformulada a partir das relações sociais dos indivíduos. No conceito etnia observamos a especificidade da identidade étnica negra no Brasil, que apesar de ser um tema já bastante debatido, ainda cabe discussões específicas e pertinentes sobre o que é a identificação étnica. Este artigo busca apresentar uma discussão sobre algumas concepções que discutem os processos de construção da identidade subjetiva do sujeito. Tendo por maior interesse a revisão teórica sobre o processo de construção da identidade étnica negra no Brasil. Buscaremos tecer um diálogo sobre a questão da implementação das Leis 10.639 e 11.645/08 que estabeleceram as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Não é de interesse deste artigo, esgotar as discussões acerca do tema, tão pouco, emitir valores sobre o material analisado. Tentaremos compreender a partir das concepções sociológicas o fenômeno de identificação étnica negra, tendo em vista fundamentar teoricamente a análise aqui apresentada, considerando posições psicológicas e biológicas relacionadas a identidade subjetiva e a etnicidade negra no Brasil, assim como as nuances que fomentam este processo.

Palavras-chave: Etnia. Identidade. Negro.

Introdução

As discussões acerca das formulações subjetivas do sujeito partem de uma análise filosófica, tendo por objetivo contemplar as propriedades mais gerais do ser, procurando analisar algumas concepções que dão conta de explicar teoricamente os processos sistemáticos da subjetividade singular que abrange a identidade, Maheirie (2002). Buscando entender como acontece a estruturação da identidade no indivíduo e as formas como esta identidade se apresenta, tentaremos fazer um debate teórico com alguns pensadores destas concepções. Vale lembrar que em nenhum

momento pretendemos esgotar as discussões sobre tais ideias, tão pouco, emitir valoração sobre as mesmas.

Contudo, ressaltamos o caráter ambíguo que enquanto categoria de análise, os seguimentos de identidades concebidos como conceituais reúnem em si vários significados. Neste argumento, entendemos que a terminologia conceito¹ que abrange uma ideia de definição, não se completa nas ideias de identidade já concebidas, visto que, tais ideias devem ser entendidas e interpretadas nos contextos que lhes conferem sentidos, já que, estas não existem unificadamente e coerente, pois, ora se assemelham ora se complementam ao mesmo tempo em que, ainda, não se formulou uma ideia que sobressaia na ratificação do que é identidade tal inteira e complexa como se apresenta no sujeito ou é apresentada pelo mesmo (HALL, 1997). Ainda assim, desenvolvemos a discussão anexando à identidade a terminologia de concepção², pois esta concerne a ideia de entender a dinâmica evolutiva dos contextos identitários de modo mais subjetivo e pessoal.

Para além das nossas explicações do que entendemos como conceito e a forma como vamos tratar aqui da ideia de identidade, buscaremos compreender o desenvolvimento desta que se configura nas relações. O presente artigo se propõe a realizar uma reflexão sociológica por meio de análise teórica sobre as concepções que esquematizam as identidade subjetiva do sujeito e suas variadas formas de manifestação (BOURDIEU, 2009), a partir desta, desembocaremos na trajetória de reconhecimento da identidade étnica negra no Brasil.

A discussão sobre a formação individual e coletiva da identidade étnica negra no Brasil se faz necessária á medida que esta fomenta a luta do povo negro no Brasil por reconhecimento e igualdade de direitos diante da sociedade nacional. Num olhar voltado para a educação que consiste uma das bases construtora subjetiva de conceitos e identidades Munanga (2010), observaremos as implicações práticas da Lei 10.639 e a Lei 11.645/08 que obriga incluir no currículo oficial da rede de ensino a temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” como política pública que busca desenvolver e afirmar as identidades diversas dos povos indígenas e negros.

¹ Significado de Conceito. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/conceito/>. Acesso em: 18 Jul. 2017

² Significado de Concepção. Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/concepcao/>. Acesso em: 18 Jul. 2017.

A diversidade étnica do povo brasileiro não caracteriza uma igualdade entre todas as etnias, prova disso é o preconceito e a segregação que alguns destes povos enfrentam por conta de suas origens étnicas, físicas e culturais, a exemplo dos povos indígenas e negros, fruto de um processo histórico escravista. No objetivo de combater esta desigualdade a temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, criada a partir de incessante luta do povo negro e indígena, constitui mecanismo de reconhecimento das identidades étnicas e culturais destes povos. Contudo o respeito e a valorização das identidades e culturas diversas enfrentam barreiras, pois a globalização faz com que as culturas de massas com seu caráter industrializador incidem contras as culturas locais, Munanga (2010).

É necessário opor-se com força à colonização cultural e à imposição de um modo de vida dominante ao mundo inteiro, mas é preciso também considerar que o isolamento das culturas não existe mais e que opor sem cautela culturas dominadas e culturas dominantes poderia ser a expressão de um projeto político autoritário. A posição acima defendida não é facilmente aceita. Alguns lhe opõem argumentos: a distância entre certas culturas é tão grande, dizem eles, que não se podem misturar, nem mesmo se entender; elas devem ser afastadas umas das outras em territórios separados ou devem ser colocadas numa relação de dominação-subordinação claramente definida, tal como ocorreu no sistema de Apartheid e no sistema colonial, (MUNANGA, 2010, p.41).

Em se tratando do povo negro, que nesta situação foram retirados de sua pátria, dominados e subjugados, sem qualquer respeito a suas diferenças culturais, se estabeleceu desde o princípio de sua formação histórica brasileira, uma associação entre a posição do indivíduo e a cor da pele, a textura do cabelo e os traços físicos específicos do grupo étnico em questão, (MUNANGA, 2012). Neste processo de desvirtuamento de valores humanos que os põem a margem da história, Fanon (2008) coloca que:

Todo povo colonizado — isto é, todo povo no seio do qual nasceu um complexo de inferioridade devido ao sepultamento de sua originalidade cultural — toma posição diante da linguagem da nação civilizadora, isto é, da cultura metropolitana. [...] Quanto mais assimilar os valores culturais da metrópole, mais o colonizado escapará da sua selva. Quanto mais ele rejeitar sua negritão, seu mato, mais branco será, (FANON, 2008, p.34).

Nesta reflexão buscamos contribuir com a discussão a partir da noção de identidade subjetiva e etnicidade negra no intento de ressignificar e reafirmar as identidades no povo negro autodeclarado.

Concepções de identidade

A princípio, buscando situar os sistemas de construção da identidade não apenas no seu percurso humano, mas também na trajetória evolutiva desta concepção na humanidade, onde encontramos passagem de formação da identidade nas relações sociais individuais e coletivas desde a Grécia antiga, na qual o conceito de humano não existia; eles tinham apenas a ideia de cidadão, que de um modo geral, se configurava pelas singularidades que os diferenciavam de outros: Filhos homens de gregos nascidos na Grécia, adultos, independentes e livres. Neste momento histórico a concepção de identidade a partir do ser individual e central não existia. Nesta configuração se percebia apenas a ideia de pertença social. Mesmo sendo este um grupo específico que compartilhavam entre si uma igualdade de costumes e comportamentos (SILVA, 2012).

O antropocentrismo³, concepção filosófica surgida no movimento humanista renascentista iniciado no século XV na Europa, colocou o homem no centro do universo. Nesta corrente filosófica o sujeito é situado como o centro de todas as coisas, sendo este, a partir de suas construções subjetivas sujeito do conhecimento. Um grande pensador desta época disse: “penso, logo existo” (DESCARTES, 2001), afirmação que inaugurou a era da razão, da qual ainda não saímos (REALE, ANTISERI, 2004).

Nestas verdades essencialistas, a valorização do eu como critério moderador da razão do ser, coloca as experiências subjetivas individuais e coletivas do sujeito como parte fundamental do processo de construção da subjetividade identitária. Para compreender melhor este processo, nos atemos ao conceito de subjetividade de Husserl (1950 apud ONATE, 2006, p. 113):

[...] a subjetividade pura se determina enquanto identidade dinamicamente plena, capaz de confirmar-se a cada acréscimo transcendental; com isso, todo ato do eu

³Antropocentrismo uma ideia onde se defende que o homem deve estar no centro das ações, da cultura, da história e da filosofia, como o centro dos cosmos. O antropocentrismo foi a principal ideia do movimento filosófico denominado Humanismo Renascentista iniciado no século XV na Europa. Disponível em: <<https://www.estudopratico.com.br/antropocentrismo-contexto-historico/>> acessado em: 25/07/2017.

puro outorga-lhe uma propriedade estável correspondente, mesmo que a orientação semântica original do ato seja posteriormente abandonada. Tal persistência do ato forma o que Husserl denomina *habitus*, ou seja, a capacidade do eu de retornar continuamente a suas manifestações e de assumi-las integralmente enquanto suas, produto de seu estilo de apropriação. É mediante o *habitus* que se instaura a permanência dos objetos efetivos ou possíveis inerentes ao ambiente mundano de cada eu concreto.

Mais além, podemos também observar a concepção de construção subjetiva a partir do mesmo conceito de *habitus* de Husserl presente nas ideias de Pierre Bourdieu, que defende que a construção da subjetividade não é apenas uma dicotomia, essencialismo versus reproducionismo:

Porque o *habitus* é uma capacidade infinita de engendrar em toda liberdade (controlada) produtos - pensamentos, percepções, expressões, ações - que sempre têm como limites as condições historicamente e socialmente situadas de sua produção, a liberdade condicionada e condicional que ele garante está tão distante de uma criação de imprevisível novidade quanto de uma simples reprodução mecânica dos condicionamentos iniciais (BOURDIEU, 2009, p.91).

Nesta concepção Bourdieu (2009) descarta o determinismo biológico como construtor da subjetividade do sujeito, bem como, também descarta a pura interação com o meio como forma de construção desta. Assim, o mesmo formula que a subjetividade individual é construída a partir das relações.

Nesta perspectiva tanto Husserl (1950) quanto Bourdieu (2009) afirmam que através do *habitus*; ação formulada subjetivamente e estruturada a partir das conjunturas vividas de forma única, o sujeito constrói sua subjetividade, conseqüentemente sua identidade. Já que segundo eles, as variantes estruturais (práticas) são organizadas socialmente de modo ao mesmo tempo singular e coletivo. Deste modo, as ações dos sujeitos são condicionadas por cultura (estrutura) e determinadas por lógicas sociais que os superam.

A psicologia entende a subjetividade como a parte consciência do corpo, sendo o corpo objetividade, não sendo possível a dissociação destes, assim:

Sendo corpo e consciência, ao mesmo tempo, o sujeito é objetividade (pois é corpo) e subjetividade (pois é consciência), não podendo ser reduzido a nenhuma destas duas dimensões. O Eu, ou a identidade, ou a especificidade do sujeito,

aparece como produto das relações do corpo e da consciência com o mundo, consequência da relação dialética entre objetividade e subjetividade no contexto social (MAHEIRIE 2002, p. 35).

A mesma autora discorre que podemos a partir de uma perspectiva dialética entender que a “identidade” é um processo da subjetividade do sujeito que está em constante construção e reformulação sendo esta uma dimensão deste sujeito, assim como a objetividade que a partir das relações vivenciadas, se faz construtora de experiências afetivas e reflexivas, capaz de produzir significados singulares e coletivos (MAHEIRIE, 2002).

Entendendo os contextos escolares como aparelhos geradores de concepções que norteiam as subjetividades dos sujeitos condicionados nestes processos, por quanto estes aparelhos são agentes de concepções criadoras que visa desenvolver ações e relações subjetivas nos sujeitos, a educação escolar neste processo, media através das práticas educacionais construções subjetivas que são pois, percebidas, associadas e memorizadas, nas disposições mentais dos seus educandos por meio do *habitus*. Bourdieu (2009). Nesta totalidade emerge a importância da escola diante do seu papel formulador /mediador de concepções transmitidas por ela, que estrutura os sistemas subjetivos dos sujeitos inseridos nela e conseqüentemente dos processos identitários étnicos, Gomes (2005).

Por tanto, entendendo que a subjetividade é um processo contínuo resultante da interação das disposições internas do sujeito com o seu exterior; é a relação desta prática contínua que resulta na subjetividade que se configura parte fundamental do processo de construção da identidade.

Sobre identidades mais especificamente Hall (1997, p.10) coloca que três concepções fomentam as construções de identidade na pós-modernidade: “a) sujeito do Iluminismo, b) sujeito sociológico e c) sujeito pós-moderno. O sujeito do Iluminismo estava baseado numa concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação” Na concepção de sujeito sociológico o mesmo coloca que:

A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” — entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a “nós próprios” nessas identidades culturais, ao

mesmo tempo que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “a de nós”, contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou, para usar uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis (HALL, 1997, p. 11-12).

Hall (1997) coloca que a concepção sociológica produziu no sujeito uma identidade fragmentada, decorrente das diversas interações sociais em conformidade com a subjetividade individual de cada sujeito o que resultou nesta terceira concepção que é a identidade pós-moderna.

Nestas formulações diversas, (LAURENTI, BARROS, 2000) coloca que é necessário pensar a identidade ressignificando-a a partir da dialética no seu formato de regras que permite identificar a identidade como um processo histórico associado as diversas relações que configura a vida cotidiana.

As várias configurações de identidade habitam reflexões dos teóricos da modernidade [...] ou da pós-modernidade [...] e exigem a circunscrição deste homem ao momento atual do mundo globalizado, marcado por um capitalismo desorganizado, a fim de explicitar as novas bases sobre as quais se articula o pessoal e o social na contemporaneidade (LAURENTI, BARROS, 2000, p.1).

Pode-se observar num sentido amplo, que estes pensadores contextualizam a identidade como um desenvolvimento contínuo da subjetividade dada às relações e interações do sujeito numa construção dinâmica, que parte da consciência de si através das relações subjetivas, das comunicações, da linguagem e das experiências sociais vividas.

Identidade étnica negra

Mesmo ainda sendo um pouco confuso, o conceito de etnia está ganhando notoriedade a partir da refutação do conceito de raça pela biologia. Neste intento, usaremos o termo etnia que foi criado pelo antropólogo Vancher de Lapouge⁴, para diferenciar comunidades que compartilham os

⁴Georges Vacher de Lapouge, foi um antropólogo e teórico da eugenia francês. Ateu, anticlerical e militante socialista, foi um dos fundadores do Partido Operário Francês de Jules Guedes, posteriormente fundido à SFIO em 1902.

mesmo elementos culturais. Baseado no determinismo biológico no início do século XIX, este antropólogo desejava separar as raças e para isso criou este termo para diferenciar indivíduos que compartilham dos mesmos aparatos culturais, mas que são de origens biológicas diversas (SILVA, SILVA, 2006).

É fato que, durante muitos anos, o uso do termo raça na área das ciências, da biologia, nos meios acadêmicos, pelo poder político e na sociedade, de um modo geral, esteve ligado à dominação político-cultural de um povo em detrimento de outro, de nações em detrimento de outras e possibilitou tragédias mundiais como foi o caso do nazismo. [...] O racismo e a idéia de raça, no sentido biológico, também foram considerados inaceitáveis e, nesse momento, o uso do termo etnia, ganhou força para se referir aos ditos povos diferentes: judeus, índios, negros, entre outros. A intenção era enfatizar que os grupos humanos não eram marcados por características biológicas herdadas dos seus pais, mães e ancestrais mas, sim, por processos históricos e culturais (GOMES, 2005, p.50).

Nisto consiste dizer que, o conceito de raça hoje é usado no Brasil na formulação de políticas públicas de combate ao racismo, a exemplo da Lei 10.639 e a Lei 11.645/08, que regulamenta o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, vale salientar que:

O Parecer n.º 03/04 do Conselho Nacional de Educação, prevê o ensino da História da África, de forma positiva, buscando não enfatizar as questões relacionadas aos aspectos negativos. Essa indicação se deve principalmente ao fato de que o aluno negro precisa, desde a mais tenra idade infância, formar sua identidade. Sendo considerada como um processo contínuo construído pelos negro/as em diversos espaços institucionais ou não, pelos quais circulam; essa identidade negra também é construída na escola, durante a trajetória desses sujeitos. Portanto a escola tem a responsabilidade social e educacional de compreender sua complexidade, respeitando-a, bem como as outras identidades construídas pelos sujeitos no âmbito escolar; lidando de maneira positiva com ela (PACIFICO, 2008 p.564).

No que diz respeito à formação da categoria étnica, Veras e De Brito (2002), definem que a construção parte de uma consciência étnica grupal e organizacional:

Um grupo étnico surge quando cria categorias para se identificar e identificar outros, instituindo assim as fronteiras étnicas do nós e do eles. A construção dessa fronteira e sua manutenção são a base de sua pesquisa. Logo, não se pode definir

eticamente um grupo partindo do pressuposto biológico, cultural ou linguístico, mas pela forma como se identificam ou são identificados por outros. [...] as formas de identificar-se são construídas de acordo com a interação com os outros, e é a partir dela que se *organizam* como grupo étnico. Portanto, grupo étnico é um *tipo organizacional* (VERAS, DE BRITO, 2002, p.111).

Sobre a construção das identidades étnica do povo brasileiro, especialmente do povo negro Munanga (2009) fala que este foi e ainda é um processo doloroso dado as condições em que este país foi fundado e como o povo negro foi trazido para cá. Cabe lembrar que a classificação étnica negra no Brasil é marcada pelo fenótipo, característica que pode ser qualificada ou quantificada a partir do tamanho, cor e tipo de cabelo, e não de origem genotípica que analisa componentes ancestrais tais como pais e avós. Nos Estados Unidos, este fenômeno é observado a partir da análise genotípica.

Sobre a construção da identidade negra no Brasil Munanga (2010) norteia a visão de como devemos observar a partir do processo diáspora histórico do negro brasileiro.

Quem somos, de onde viemos e para onde vamos? Esta é uma pergunta que todos os povos conscientes se colocam permanentemente, de geração em geração. É uma pergunta que tem a ver com as raízes culturais dos povos e com os processos de construção de nossa identidade nacional e de nossas identidades étnicas. Esses processos começaram há cerca de 500 anos quando os povos africanos de diferentes nações foram sequestrados, capturados, arrancados de suas raízes e trazidos para diversos países da América, incluído o Brasil, onde foram escravizados. Eles nem sabiam para onde estavam sendo levados e por quais motivos. Ou seja, a história da chegada dos africanos no atual Brasil é totalmente diferente de seus compatriotas de ascendência europeia, asiática, árabe, judaica, oriental etc., que voluntariamente decidiram emigrar de acordo com a conjuntura política e econômica da época que teria influenciado sua decisão de sair de seus respectivos países de origem. Desse ponto de vista, a identidade negra não surge simplesmente da tomada de consciência de uma diferença de pigmentação ou de uma diferença biológica entre as populações negra, branca e amarela. Ela resulta desse longo processo histórico ao qual me referi. E nesse contexto histórico que devemos entender a chamada identidade negra no Brasil (MUNANGA, 2010, p. 48).

Sobre esta diferença de diáspora entres os povos, podemos observa na fala de Fanon (2008) que apesar de se referi ao negro na França, abrange em seu pensamento todos os lugares onde o negro foi escravizado:

Encontro um alemão ou um russo falando mal o francês. Tento, através de gestos, dar-lhe as informações que ele pede, mas não esqueço que ele possui uma língua própria, um país, e que talvez seja advogado ou engenheiro na sua cultura. Em todo caso, ele é estranho a meu grupo, e suas normas devem ser diferentes. [...] No caso do negro, nada é parecido. Ele não tem cultura, não tem civilização, nem “um longo passado histórico”.

Provavelmente aqui está a origem dos esforços dos negros contemporâneos em provar ao mundo branco, custe o que custar, a existência de uma civilização negra (FANON, 2008, p. 46)

Dada às circunstâncias deste processo de reconstruir, afirmar e consolidar suas identidades em um espaço onde o esforço coletivo de uma maioria, constitui negar a significância de suas raízes. O negro no Brasil passou e podemos dizer aqui que ainda passa, por um processo de distanciamento de sua pátria mãe África. Nisto consiste dizer segundo Fernandes (1978) que, na conjuntura em que o africano foi trazido a força para o Brasil e aqui escravizado, foi imediatamente projetado neste homem negro a ideia de que sua raça, cultura e linguagem eram de pouca valia. Apesar de quando estarem reunidos entre si, nas senzalas, falavam sua língua materna e praticavam sua cultura que fora adaptada. Tal como houve uma troca resultante da necessidade; de costumes e culturas com os brancos, houve também, num vislumbre de igualdade; a apropriação por muitos destes homens negros, da linguagem e cultura do homem branco relacionando este comportamento a ideia de igualdade (FILHO, 1946).

Neste processo histórico, as identidades culturais nacionais elaboradas a partir de concepções eurocentrista foram sobrepondo às identidades subjetivas de fundo étnico e cultural específico (HALL, 2006). Na pós-abolição muitos negros em todo mundo retornam a África, nesta ação o resgate da cultura e da identidade negra se acentua a partir do século XIX em todo o mundo, com vários movimentos negros que buscam a unificação do povo negro no objetivo de lutar contra os sistemas de segregação (TAVARES, 2010).

Uma vez instalados em quaisquer dos continentes, por mais que as tradições fossem represadas ou aniquiladas, os descendentes de africanos davam início a um processo de criação, invenção e re-criação da memória cultural dos laços mínimos de identidade, cooperação e solidariedade. Com esta rede de interação, as múltiplas culturas africanas, que se espalharam pelo mundo, preservaram visíveis traços das inúmeras comunidades étnicas a que pertenciam, sendo os

mais marcantes aqueles manifestos por meio da força do ritmo musical, dos movimentos assimétricos na dança, na culinária e nas sabedorias de cura extraídas da fauna e da flora tropical (TAVARES, 2010, p. 80).

Compreende-se assim, que, as práticas culturais repetidas e inculcadas na memória deste povo através de sua resistência em circunstâncias de relações dialógicas, experiências traumáticas e reconstruções políticas, criam raízes profundas no subjetivo individual e coletivo deste povo perpetuando assim, as suas identidades étnicas e culturais. Estes processos de ressignificação e afirmação da identidade étnica negra que de modo algum acontece de modo pacífico, ao contrário, sofre constante mutilação por outras etnias, especialmente do grupo étnico dominante e também, por parte dos próprios negros que ainda não se autorreferenciam de etnia negra. A identidade africana emerge como um aparato salvador que remete a uma multiplicidade de experiências subjetivas e culturais, ora nacional, ora étnica intercontinental que é sustentada pelos sujeitos desse processo (TAVARES, 2010).

A obrigatoriedade legal da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena nas escolas, emerge como um aparato reparador e reconstrutor deste objetivo cultural identitário de promover a desmistificação do racismo, superar a discriminação racial, especialmente nas escolas e universidades, que são os ambientes propícios à discussão deste tema, bem como a desconstrução de valores ditos como normais, praticados na sociedade em geral que reforçam a desvalorização da identidade étnica negra (GOMES, 2005).

Considerações finais

Entendemos que o processo de construção da identidade passa por relações que se configuram no *habitus*, que é de constante reformulação a partir da interação com o meio, no presente, no espaço, no tempo e através destes, a partir das crenças, do conhecimento global e da capacidade individual e coletiva de realizar.

Apesar da implantação da Lei, 10.639 e a lei 11.645/08 que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, ainda são muitas as dificuldades na prática do exercício desta práxis, pois as relações sociais em que os estudantes negros vivenciam na escola, constantemente os colocam em dificuldade ao declararem sua ancestralidade, já que esta

declaração acarreta assumir em seu ambiente social/escolar que todas as injúrias com relação a sua ancestralidade procedem (RAMOS, 2011).

Observando que o processo de construção da identidade étnica negra no Brasil se dá de forma penosa para muitos negros em decorrência do seu histórico escravista, evoca-se uma necessidade urgente de desenvolvimento de uma identidade étnica em meio à diversidade de valores que, notadamente, emerge como fruto da dispersão, da segregação e do preconceito existente no Brasil (HALL, 2006). Fazendo-se urgente este processo, visto garantir uma ressignificação identitária e valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade étnica e cultural brasileira.

Ao jogar um papel de self, o corpo apresenta-se em desempenho diaspórica como um tipo de plataforma que empodera um lugar para todas as tentativas de reconstrução de vidas pessoais e coletivas. Transforma-se, assim, em território e emerge como *habitus* para atuar como um sistema de disposições duráveis, conforme nos ensinou Pierre Bourdieu. Com essa jornada o corpo adquire o lugar de memória nascida em movimento e estética ao sustentar rituais e performances (TAVARES, 2010, p.81).

Concluímos então, com a brilhante reflexão que fomenta nossa busca por afirmações identitárias.

Graças à busca de sua identidade, que funciona como uma terapia do grupo, o negro poderá despojar-se do seu complexo de inferioridade e colocar-se em pé de igualdade com os outros oprimidos, o que é uma condição preliminar para uma luta coletiva. A recuperação dessa identidade começa pela aceitação dos atributos físicos de sua negritude antes de atingir os atributos culturais, mentais, intelectuais, morais e psicológicos, pois o corpo constitui a sede material de todos os aspectos da identidade (MUNANGA, 2009, p.19).

Referências:

BOURDIEU, Pierre. **O SENSO PRÁTICO**. Tradução: Maria Ferreira Revisão da tradução: Odaci Luiz Coradini. Editora Vozes. Petrópolis, RJ. 2009.

BRASIL. **Lei 10.639/03**, de 9 de Janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

_____. **Lei 11.645/08** de 10 de Março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

DOMINGUES, Petrônio J. **NEGROS DE ALMAS BRANCAS? A IDEOLOGIA DO BRANQUEAMENTO NO INTERIOR DA COMUNIDADE NEGRA EM SÃO PAULO.** Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro. Ano 24, nº 3, 2002. Pp.563-599. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ea/v24n3/a06v24n3.pdf>. Acesso em: 30/10/2016.

FANON, Frantz. **PELE NEGRA, MÁSCARAS BRANCAS** / Frantz Fanon ; tradução de Renato da Silveira. Salvador. EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A INTEGRAÇÃO DO NEGRO NA SOCIEDADE DE CLASSES.** 3. ed. São Paulo: Ática, 1978.

FILHO, Luiz Viana. **O NEGRO NA BAHIA.** Livraria José Olympio editora, São Paulo, 1946. Capítulo I e II.

GOMES, Nilma Lino. **Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade.** In: **Racismo e anti-racismo – repensando nossa escola** /Eliane Cavalleiro (orgs.) São Paulo:Summus, 2001.

_____, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre as relações raciais no Brasil: uma breve discussão.** In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal n.º 10.639/2003.** Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

HALL, Stuart. **A IDENTIDADE CULTURAL NA PÓS-MODERNIDADE.** Rio de Janeiro: DPe Editora, 1997.

HUSSERL, Edmund. **HUSSERLIANA** – Gesammelte Werke. Auf Grund des Nachlasses veröffentlicht vom Husserl-Archiv (Leuven) unter Leitung von H. L. van Breda und S. Ijsseling, Den Haag, Martinus Nijhoff, 1950 segs. (Volumes I a XIX e XXI a XXIX).

LAURENTI, Carolina & BARROS, Mari Nilza Ferrari de. **IDENTIDADE: QUESTÕES CONCEITUAIS E CONTEXTUAIS.** PSI -Revista de Psicologia Social e Institucional. Volume 2 - Número 1 - Jun./2000. Disponível em: <http://www.uel.br/ccb/psicologia/revista/textov2n13.htm>. Acesso em: 18 Jul. 2017

MAHEIRIE, Kátia. **Constituição do sujeito, subjetividade e identidade. Interações.** Florianópolis, v. VII, n.13, p. 31-44, jan.-jun. 2002.

MUNANGA, Kabengele. **NEGRITUDE USOS E SENTIDOS, COLEÇÃO CULTURA NEGRA E IDENTIDADE**. 3ª ed. Belo Horizonte. Autêntica, 2009.

_____, Kabengele. **EDUCAÇÃO E DIVERSIDADE CULTURAL** Cadernos Penesb - Periódico do Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira — FEUFF (n. 10) (janeiro/junho 2008/2010) Rio de Janeiro/Niterói — EdUFF/2008/2010. Pg. 37-54. Disponível em: <http://www.uff.br/penesb/images/publicacoes/PENESB%2010.pdf>. Acessado em: 30/07/2017.

_____, Kabengele. **PALESTRA DIVERSIDADE ETNICIDADE IDENTIDADE E CIDADANIA**

ONATE, Alberto Marcos. **A NOÇÃO HUSSERLIANA DE SUBJETIVIDADE TRANSCENDENTAL**. Veritas (Porto Alegre), v. 51, p. 109-116, 2006.

PACIFICO, Tania Mara. **A implantação da lei nº 10639/03**. In: **I Seminário Internacional Áfricas: Historiografia Africana e Ensino de História, 2009**, Florianópolis. Anais do I Seminário Internacional Áfricas: Historiografia Africana e Ensino de História, 2009. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/259_680.pdf >. Acessado em: 15/08/2017.

RAMOS, Aline Oliveira. SANTANA, José Valdir Jesus de. SANTANA, M. **.Relações Étnico-Raciais No Ambiente escolar: Reflexões a partir de uma escola pública no município de Itapetinga**. Revista de Educação, Gestão e Sociedade, v. 2, p. 1-32, 2011.

REALE, Giovanni. ANTISERI, Dario. **Historia da filosofia: do humanismo a Descartes**. Volume. 3. Tradução Ivo Storniolo. Editora Paulus. São Paulo, 2004.

SILVA, KalinaValderlei; SILVA, Maciel Henrique. **DICIONÁRIO DE CONCEITOS HISTÓRICOS**. São Paulo: Contexto, 2006.

SÓ BIOLOGIA. Website disponível em:

<<http://www.sobiologia.com.br/conteudos/Genetica/leismendel4.php>>. Acessado em: 05/08/2017.

SILVA, Cleyton Tavares da Silveira. **ENTRE OS GREGOS E ELES MESMOS: UM ENSAIO SOBRE IDENTIDADE E ALTERIDADE EM A REPÚBLICA DOS LACEDEMÔNIOS DE XENOFONTE**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011. Disponível em:

http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300889626_ARQUIVO_TextoCompletoCleytonSilva.pdf. Acessado em: 30/07/2017.

TAVARES, Julio Cesar de. **DIÁSPORA AFRICANA: A EXPERIÊNCIA NEGRA DE INTERCULTURALIDADE**. Cadernos Penesb - Periódico do Programa de Educação sobre o

Negro na Sociedade Brasileira — FEUFF (n. 10) (janeiro/junho 2008/2010) Rio de Janeiro/Niterói — EdUFF/2008/2010. Pg. 77-85. Disponível em:
<http://www.uff.br/penesb/images/publicacoes/PENESB%2010.pdf>. Acessado em: 30/07/2017.

VERAS, Marcos Flavio Portela . DE BRITO, Vanderli Guimarães. **IDENTIDADE ÉTNICA: A DIMENSÃO POLÍTICA DE UM PROCESSO DE RECONHECIMENTO**. ANTROPOS-Revista de Antropologia Ano 4, Volume 5. Maio./2002. Disponível em:
<<http://revista.antropos.com.br/downloads/maio2012/Artigo4-IdentidadeEtnica.pdf>>. Acesso em: 18 Jul. 2017.